



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 19/2018

Período: 09/06/2018 – 15/06/2018

GEDES – UNESP

- 1- Editorial e colunas opinativas criticaram o emprego das Forças Armadas na segurança pública
- 2- Operação do Comando Conjunto da Intervenção em favelas do Rio de Janeiro
- 3- Marinha e Corpo de Bombeiros localizaram navio naufragado
- 4- Documentos relatam operação na América Latina contra o governo dos Estados Unidos
- 5- Professor afirmou que militares desejam voltar ao poder por vias democráticas.
- 6- Falhas na investigação da chacina do Complexo de Favelas do Salgueiro
- 7- Presidente efetivou militar como ministro da Defesa
- 8- General deixou o cargo de comando na intervenção federal do Rio de Janeiro

1- Editorial e colunas opinativas criticaram o emprego das Forças Armadas segurança pública

De acordo com editorial da *Folha de S. Paulo*, a concessão de poder de polícia as Forças Armadas para atuarem na segurança pública pelo decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) transformou-se em uma “perigosa rotina nacional”. Segundo o editorial, as operações desta natureza que deveriam ser excepcionais, vêm sendo banalizadas, gerando diversos “inconvenientes”. O periódico destacou que as Forças Armadas são instituições treinadas para a defesa do país e não para a atuação na segurança pública, o que expõem os militares a situações que podem provocar excessos de violência, falhas e corrupção pelo crime organizado. De acordo com o editorial, o fortalecimento da Força Nacional de Segurança Pública seria a solução mais adequada. Da mesma forma, em coluna opinativa ao periódico *Correio Braziliense*, o jornalista, André Gustavo Stumpf, criticou o uso das Forças Armadas (FFAA) em segurança pública, a ocupação do posto de ministro da Defesa por um militar, o general Joaquim Silva e Luna e a intervenção no estado do Rio de Janeiro que, segundo Stumpf, demonstra as “fragilidades” do governo. Conforme o jornalista, o “vazio político” deixado pelo “esgotamento” do governo foi preenchido pelas Forças Armadas, o que gerará uma “conta” que será paga futuramente. O colunista da *Folha*, Vladimir Safatle, por sua vez, criticou o aumento da influência e atuação das Forças Armadas. Segundo colunista, quase todas as ações do governo envolvem os militares, ilustrando a presença do Exército na greve dos caminhoneiros e na administração do estado do Rio

de Janeiro, criticando que o “projeto é transformar a República em Estado tutelado pelas Forças Armadas”. No dia 10/06/18, em coluna opinativa ao *Correio Braziliense*, os jornalistas, Gabriela Vinhal e Bernardo Bittar, afirmaram que a intervenção militar decretada pelo presidente Michel Temer no estado do Rio de Janeiro teria sido uma “plataforma de campanha para uma possível reeleição”, e que, atualmente, caberia aos pré-candidatos firmarem propostas para a resolução da questão da segurança pública. Os jornalistas ressaltaram as propostas dos pré-candidatos na sabatina realizada pelo periódico no dia 06/06/18. O pré-candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin, teria sugerido o projeto de criar uma guarda nacional permanente e uma agência de segurança unindo as Forças Armadas, política e tecnologia. Em segunda tentativa a presidência, o pré-candidato do Partido Social Democrático (PSD), Guilherme Afif Domingos, teria proposto o fim do Ministério da Defesa e a unificação do sistema de segurança, submetendo a Polícia Civil e a Polícia Federal ao Judiciário. O pré-candidato do Partido Republicano Brasileiro (PRB), Flávio Rocha, afirmou que a solução seria vincular a segurança pública ao Ministério da Defesa diretamente. Os jornalistas ressaltaram a crítica do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e professor de sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Arthur Trindade, sobre a questão da segurança pública e as propostas dos pré-candidatos. Trindade afirmou que o tema não é papel do Exército e que “eles são responsáveis por defender as fronteiras, têm controle sobre as armas no país, mas, daí a puxar para si a responsabilidade de falar sobre as questões de segurança no Brasil existe uma distância enorme”. (*Correio Braziliense – Opinião – 09/06/18; Correio Braziliense – Política – 10/06/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 09/06/18; Folha de S. Paulo – Ilustrada – 15/06/18; Folha de S. Paulo – Poder – 15/06/18*)

2- Operação do Comando Conjunto da Intervenção em favelas do Rio de Janeiro

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foi realizada no dia 09/06/18 a primeira operação do Comando Conjunto da Intervenção, formado pelas Forças Armadas e polícias do estado do Rio de Janeiro, desde o início da intervenção federal no estado. A operação também contou com a participação da Polícia Federal e atuou nas favelas da Rocinha, do Vidigal, da Chácara do Céu e do Parque da Cidade, na cidade do Rio de Janeiro. Na ação, 16 pessoas foram presas e um dos criminosos foi baleado. A operação contou com a participação de 1.000 militares do Exército, 300 policiais civis, 300 policiais militares, 20 policiais federais, blindados e um helicóptero. O interventor federal no estado do Rio de Janeiro, general Braga Netto, monitorou pessoalmente parte da ação na Rocinha. Segundo coronel Carlos Frederico Cinelli, chefe de Comunicação do Comando Militar do Leste (CML), na Rocinha foi necessária uma ação mais forte para efetuar as prisões. Em nota, o Comando Conjunto da Intervenção afirmou que a operação “envolve o cerco, a estabilização dinâmica da área, a remoção de barricadas e revistas seletivas de pessoas e veículos”, podendo, possivelmente, ser necessários a interdição de vias e o controle do espaço aéreo nas regiões afetadas. (*Correio Braziliense – Brasil – 10/06/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 10/06/18; Estado de S. Paulo – Metrópole – 10/06/18*)

3- Marinha e Corpo de Bombeiros localizaram um navio naufragado

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as equipes de busca da Marinha e do Corpo de Bombeiros localizaram no dia 09/06/18 a segunda embarcação que afundou na baía de Sepetiba, próxima à cidade do Rio de Janeiro. Na embarcação Lucas Mar, foi encontrada a sétima vítima do acidente ocorrido no dia 08/06/18. Participaram das buscas seis embarcações, uma aeronave e mergulhadores do navio-patrolha “Guaporé”. A Marinha afirmou que será realizado um inquérito administrativo para investigar o caso e que a causa do acidente ainda é desconhecida. De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, no dia 11/06/18, a Marinha encontrou o corpo da oitava vítima do naufrágio. Segundo o jornal, dos 21 tripulantes, 9 sobreviventes foram resgatados, 8 foram encontrados mortos e 4 continuam desaparecidos. A suspeita é de que o acidente tenha ocorrido em decorrência de uma forte chuva com ventos. (*Correio Braziliense – Brasil – 11/06/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 10/06/18; Estado de S. Paulo – Metrópole – 10/06/18*)

4- Documentos relatam operação na América Latina contra o governo dos Estados Unidos

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e colunista da *Folha*, Matias Spektor, divulgou 16 documentos que relatam uma operação entre ditaduras da América do Sul contra o governo do ex-presidente dos Estados Unidos (EUA), Jimmy Carter. Os documentos descrevem a ação denominada Faro e as cartas que o ex-presidente do Uruguai, Aparicio Méndez, teria enviado ao então presidente brasileiro, o general Ernesto Geisel. Nas correspondências, Méndez demonstrou preocupação com a posição política de Carter, “a campanha relativa aos direitos humanos e as medidas concretas levadas a efeito contra alguns governos latino-americanos” e a intenção do governo estadunidense de vincular a manutenção dos direitos humanos à liberação dos recursos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em carta, o ex-presidente Uruguai propôs uma reunião entre os presidentes latino-americanos e afirmou que o plano citado já teria apoio da Argentina, do Paraguai e do Chile. No mesmo dia do recebimento das cartas, 09/05/77, o presidente Geisel reuniu-se com o chanceler brasileiro Azeredo da Silveira, ministro da Casa Militar, general Hugo Abreu, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general João Baptista Figueiredo, e o ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva. Após a reunião, o ex-presidente Geisel afirmou que a participação no esforço contra Carter seria “inoportuna e inconveniente”, já que “o quadro político brasileiro não é idêntico aos dos demais países do Cone-Sul, que estão passando por uma etapa indispensável da repressão da subversão”. O ex-presidente também teria ressaltado uma política brasileira de não criar ou participar de blocos regionais. (*Folha de S. Paulo – Poder – 10/06/18*)

5- Professor afirmou que militares desejam voltar ao poder por vias democráticas

Em coluna opinativa ao *O Estado de S. Paulo*, o professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Denis Lerrer Rosenfield,

afirmou que os militares devem voltar ao poder por vias democráticas. Segundo Rosenfield, a volta terá apoio da população e das Forças Armadas, pois os militares detêm um prestígio e um índice de confiabilidade alto, apresentando-se assim como uma alternativa de poder. Conforme o professor, a população está com medo, sendo assim conduzidos a discursos para questões como o Estatuto do Desarmamento, tido como o problema do país, “os cidadãos de bem tornam-se, graças ao legítimo direito à autodefesa, os responsáveis pela criminalidade”. De acordo com Rosenfield, um exemplo do apoio que os militares têm são os pedidos de intervenção militar durante a greve dos caminhoneiros, afirmando que esta opção seria uma ruptura institucional e uma ferida à democracia. Conforme o professor, os membros das Forças Armadas, nas últimas décadas, vem defendendo a democracia e a constituição, mesmo passando por ameaças como a revisão da Lei de Anistia (1979). Entretanto, setores importantes da sociedade desejam que os militares voltem ao poder por intermédio do presidenciável Jair Bolsonaro. Segundo Rosenfield, muitos militares da reserva apoiam esta volta ao poder pela via democrática, tendo importantes generais empenhados neste processo. (Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 11/06/18)

6- Falhas na investigação da chacina do Complexo de Favelas do Salgueiro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a investigação da chacina, ocorrida no Complexo de Favelas do Salgueiro em novembro de 2017, apresenta falhas. O incidente aconteceu na cidade de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, no mesmo momento em que dois blindados com militares do Batalhão de Forças Especiais do Exército de Goiânia, do estado de Goiás, e um blindado com policiais da unidade especial da Polícia Civil do Rio de Janeiro (Core), realizavam uma missão “de reconhecimento” na mesma região. Em depoimento, os policiais e militares afirmaram que após ouvir barulhos de disparo, desceram dos blindados e encontraram os corpos. Conforme o jornal, a região de onde partiram os tiros ainda não passou por perícia, não foram localizadas as cápsulas de bala e não foi preservado o local que estavam os corpos. Segundo o defensor público do Rio de Janeiro, Daniel Lozoya, a coleta das cápsulas “permitiria identificar o lote e a origem da munição”. Após sete meses o massacre continua sendo investigado, tendo um inquérito aberto na Polícia Civil e dois procedimentos investigatórios, sendo um no Ministério Público do Rio de Janeiro e outro no Militar. Segundo o procurador-geral da Justiça Militar, Jaime de Cassio Miranda, os responsáveis podem ser membros das Forças Armadas, policiais ou facções criminosas. De acordo com a *Folha*, um dos sobreviventes declarou que após os tiros, blindados se aproximaram, “os atiradores ainda estavam ao lado da estrada, em pé e à vista, mas não foram molestados pelos policiais e militares” e testemunhas afirmaram que não houve tiroteio, apenas tiros vindos da mata. Conforme o periódico, a chacina ocorreu depois de menos de um mês da assinatura da lei que transfere para a Justiça Militar o julgamento de crimes dolosos cometidos contra civis por militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem, assinado pelo presidente da República Michel Temer. Nestes casos, os militares não são ouvidos pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, dando depoimentos somente para o Ministério Público Militar. Lozoya questionou a isenção das Forças Armadas durante à apuração da chacina e a Defensoria

Pública do Rio de Janeiro levantou suspeição sobre a apuração à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). De acordo com a *Folha*, a organização não governamental de direitos humanos, *Human Rights Watch*, afirma que o caso confirma as dúvidas que se tinha sobre a nova lei decretada por Temer. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/06/18)

7- Presidente efetivou militar como ministro da Defesa

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 13/06/18, o presidente da República, Michel Temer, efetivou o general Joaquim Silva e Luna para o comando do Ministério da Defesa. De acordo com o jornal, desde que a pasta foi criada no ano de 1999, é a primeira vez que um militar assumiu o cargo. O periódico também informou que desde fevereiro do ano de 2018, Silva e Luna ocupava a posição de forma interina. Segundo a *Folha*, Temer forneceu aos militares controle sobre áreas sensíveis de seu governo como a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a Casa Civil, entre outros. Ademais, a *Folha* destacou a proximidade de Temer com as Forças Armadas a partir da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro e a influência e visibilidades dos generais Sérgio Etchegoyen e Eduardo Villas Bôas. O periódico lembrou que durante o governo Temer, os militares realizaram operações de Garantia de Lei e da Ordem (GLO) em quatro estados, além da inspeção em 34 presídios estaduais. Segundo o jornal, a relação de Temer com os militares acontece desde que ele foi escalado para coordenar o plano nacional de fronteiras, quando era vice-presidente da República, durante o governo de Dilma Rousseff. (Folha de S. Paulo – Poder – 14/06/18)

8- General deixou o cargo de comando na intervenção federal do Rio de Janeiro

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o chefe do Gabinete de Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro, general Mauro Sinott Lopes, resignou ao cargo. O substituto do general será o atual chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Leste (CML), general Paulo Roberto de Oliveira. Em declaração, o CML afirmou que a saída do general Lopes já havia sido planejada desde sua nomeação para comandar a 3ª Divisão do Exército na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, sendo substituído no cargo de comandante da 1ª Divisão do Exército no dia 20/03/18 e só se mantendo ligado à função devido à sua experiência e atuação na área. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 15/06/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis

gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).